

**ATA 2122ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às nove horas e quinze  
2 minutos, realizou-se a segunda milésima centésima vigésima segunda reunião  
3 Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região,  
4 à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 20 (vinte) conselheiros/os,  
5 sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Annie Louise Saboya  
6 Prado, Beatriz Borges Brambilla, Edgar Rodrigues, Eduardo de Menezes Pedroso,  
7 Emanuela Priscila Toledo Arruda, Ione Aparecida Xavier, Ivani Francisco de  
8 Oliveira, Julia Pereira Bueno, Lauren Mariana Mennocchi, Lilian Suzuki, Luciane de  
9 Almeida Jabur, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria  
10 Rozineti Gonçalves, Monica Marques dos Santos, Raizel Rechtman, Rita de Cássia  
11 Oliveira Assunção, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira, Talita Fabiano de  
12 Carvalho e Tatiane Rosa da Silva. Registra-se a presença Eliane Cristina Dias  
13 Almeida, representante da Comissão Gestora da Subsede de Sorocaba. Beatriz  
14 Brambilla informa que o Regimento Interno não estava sendo seguido no que diz  
15 respeito à ordem dos trabalhos das sessões plenárias. Assim, faz a leitura dos  
16 artigos correspondentes, para ciência do plenário: *“Da Ordem dos Trabalhos as*  
17 *Sessões e nas Reuniões: Art. 49º - Os trabalhos serão principiados com o quórum*  
18 *de no mínimo metade mais um dos conselheiros efetivos. Art. 50º - A verificação do*  
19 *quorum precederá a abertura dos trabalhos de cada reunião e será feita pelas listas*  
20 *de presença assinada pelos Conselheiros. Parágrafo único - Na falta de quórum*  
21 *para o início dos trabalhos, o Presidente adiará a abertura, sendo o fato*  
22 *consignado em ata. Art. 51º - Iniciada a reunião, não deverão ocorrer interrupções,*  
23 *podendo o Presidente interrompê-la somente em face de circunstâncias eventuais*  
24 *que justifiquem a iniciativa, ou encerrá-la antecipadamente por deliberação de dois*  
25 *terços dos presentes. Art. 52º - Os trabalhos nas sessões ordinárias obedecerão à*  
26 *seguinte ordem: I - discussão, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior; II*  
27 *- leitura e conhecimento do expediente; III - comunicações; IV - ordem do dia; V -*  
28 *outros assuntos. Parágrafo único - Nas reuniões extraordinárias só constará da*  
29 *pauta a ordem do dia, conforme o edital da convocação. Art. 53º - Na primeira*  
30 *sessão de cada reunião, ao fim das comunicações, os presentes serão*

31 *cientificados da ordem do dia prevista pela Mesa, para a sequência de sessões da*  
32 *reunião. § 1º - Em seguida, deverão ser discutidas e votadas as proposições que*  
33 *visem a: I - incluir na pauta dos trabalhos, para apreciação e deliberação, assuntos*  
34 *e processos não constantes da ordem do dia prevista; II - adiar discussões de*  
35 *matéria; III - prorrogar o tempo da reunião ou aumentar o número de sessões. § 2º*  
36 *- Não havendo deliberação em contrário, a ordem em que os assuntos entrarão em*  
37 *pauta será a da sequência apresentada. Art. 54º - Assuntos ou processos não*  
38 *constantes da ordem do dia somente serão objeto de apreciação, salvo urgência*  
39 *comprovada, ao final da sessão. Art. 55º - Na discussão dos assuntos em pauta, o*  
40 *Presidente inscreverá, por ordem de solicitação, os Conselheiros que desejarem*  
41 *fazer uso da palavra, que, nessa ordem, lhes será concedida. Parágrafo único - Os*  
42 *apartes serão concedidos pelo Conselheiro que estiver no uso da palavra, quando*  
43 *assim julgar conveniente. Art. 56º - Após o pronunciamento dos Conselheiros*  
44 *inscritos, o Presidente usará da palavra, se lhe aprouver, e, em seguida, anunciará*  
45 *o encerramento da discussão, propondo a matéria para votação. Art. 57º - A*  
46 *votação será obrigatoriamente secreta, quando assim solicitado por um mínimo de*  
47 **3 (três) Conselheiros". ORDEM DO DIA: I) APROVAÇÃO DA ATA 2111ª**  
48 **(23/11/19)** – Raizel Rechtman submete ao plenário a ata da 2111ª Plenária  
49 Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2019. A mesma foi encaminhada com  
50 antecedência para leitura e sugestões de alteração. **Encaminhamento:** O plenário  
51 aprova a ata da 2111ª Plenária Ordinária (23/11/19), sem alterações. **II)**  
52 **INFORMES – 2.1) Justificativas de ausência** – Foram registradas as justificativas  
53 de ausência das/os conselheiras/os Ana Paula Hachich de Souza, Clarissa Moreira  
54 Pereira, Jumara Silvia Van De Velde, Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Maria da  
55 Gloria Calado, Mônica Cintrão França Ribeiro e Murilo Centrone Ferreira.  
56 Registradas as ausências sem justificativa das/os conselheiras/os Jessica Tomaz  
57 da Costa Silva, Mariana Leite Hernandez e Sulamita Jesus de Assunção. **2.2)**  
58 **Agendamento online** – Adriana Pereira, assessora do departamento de  
59 Atendimento, informa sobre como se deu a primeira quinzena de agendamento  
60 administrativo online. Relata que há dificuldade de extração de relatórios do  
61 sistema, sendo somente possível ter o dado dividido por subsede e não por data,  
62 por exemplo. A ferramenta precisa de algumas melhorias que dependem de Adolfo

63 Benevenuto, que retorna de férias somente no fim do mês. Mas, as subsedes tem  
64 coletado e informado de forma manual como as informações referentes aos  
65 agendamentos nas subsedes. No período de 02 a 15 de janeiro de 2020 foram  
66 realizados 615 (seiscentos e quinze) agendamentos administrativos, havendo um  
67 comparecimento de 438 (quatrocentos e trinta e oito), o que significa 71,2% e havia  
68 outros 8 (oito) casos de duplicidade de agendamento, porque a ferramenta  
69 possibilita que se faça mais de um agendamento. A respeito dos assuntos,  
70 inscrição de pessoa física representa a maior quantidade, com 264 (duzentos e  
71 sessenta e quatro) agendamentos, ou 42,9% do total de agendamentos, seguido  
72 por alteração de inscrição provisória para inscrição definitiva, com 101 (cento e um)  
73 agendamentos, 16,4%. Relata, ainda, que a maior parte das profissionais que  
74 buscam atendimento compareceram sem agendamento, 86,1%. Portanto, é  
75 necessário maior divulgação do agendamento, pois grande parte da categoria  
76 ainda desconhece. Apresenta também os dados de atendimento por subsede e  
77 ressalta a importância de que todas as subsedes passem as informações sobre os  
78 agendamentos/atendimentos diariamente, para que possa verificar possíveis  
79 mudanças necessárias. Posteriormente, o sistema será otimizado, e possibilitará  
80 coletar essas informações diretamente do sistema. Considerações dos presentes:  
81 1) Sarah Faria Abrão Teixeira pontua que seria interessante para a organização  
82 diária das subsedes que o sistema possibilitasse relatórios por horário dos  
83 agendamentos. Atualmente, possibilita apenas por número de registro. 2) Eliane  
84 Cristina Dias Almeida questiona se o agendamento será somente para assuntos  
85 administrativos. 3) Ligia Daher pondera que o sistema de agendamento deve  
86 facilitar para a categoria, mas também ser uma importante ferramenta de gestão.  
87 Pontua que no decorrer do uso, estão verificando situações em que precisam  
88 alterar o sistema. Por exemplo, enquanto estão em período em que continuam o  
89 atendimento a quem não agendou, é importante assegurar que as pessoas  
90 agendadas sejam atendidas no horário. 4) Beatriz Brambilla questiona à COE e  
91 COF se é possível contemplar também o agendamento para a área técnica, mas  
92 entende importante que sejam criados filtros, para que não torne o CRP SP em  
93 supervisão, mas que também não limite as possibilidades de orientação do CRP  
94 SP. Para COE lhe parece que é algo que pode ser feito de forma mais rápida, para

95 vistas de processos, por exemplo, mas é preciso verificar se é possível  
96 descentralizar a vista aos processos também para as subsedes. Ainda, sobre as  
97 exceções de aceitar pessoas sem agendamento, pontua que havia sido criada uma  
98 série de critérios que precisam ser utilizados, porque ajudam a mudar a cultura. 5)  
99 Emanoela Priscila Toledo Arruda questiona em que momento haverá possibilidade  
100 de as subsedes controlarem suas agendas. 6) Lauren Mariana Mennocchi  
101 questiona se é possível para as/os psicólogas/os de uma região irem para outra,  
102 porque muitas/os alugam vans e vêm juntas/os após a colação de grau, com vistas  
103 a ter mais celeridade no processo. 7) Adriana Pereira informa que os critérios já  
104 estão estabelecidos, mas precisam definir o prazo em que passarão somente a  
105 atender as pessoas sem agendamento quando atendidos os critérios. Reforça que  
106 precisa ficar cobrando o envio dos dados pelas subsedes, o que dificulta o controle  
107 e possíveis mudanças. 8) Beatriz Brambilla ressalta que para quaisquer questões  
108 e/ou dúvidas, as subsedes podem procurar Diógenes Pepe, coordenador  
109 administrativo-financeiro, e Ligia Daher, coordenadora técnica-política. 9) Ligia  
110 Daher pontua que, para pensarem em agendamento online relacionado à COE e  
111 COF, é necessário, antes, realizar uma reunião com essas duas comissões. A  
112 partir disso, apresentar uma proposta. Ressalta que há problemas nos sistemas  
113 utilizados, que carecem de memória histórica. 10) Sarah Faria Abrão Teixeira  
114 sugere que as subsedes discutam o assunto e apresentem sugestões de como  
115 farão. 11) Raizel Rechtman pondera que estão, no novo modelo de governança,  
116 diferenciando o que é responsabilidade das/os trabalhadoras/es e o que é  
117 responsabilidade das/os conselheiras/os. As questões mais técnicas podem ficar  
118 sob responsabilidade das/os trabalhadoras/es. Sugere que seja solicitado um  
119 *feedback* formal das subsedes. **Encaminhamentos:** 1) As subsedes devem  
120 encaminhar as informações necessárias, solicitadas pela assessora do  
121 Atendimento, Adriana Pereira. 2) Todas as dúvidas e questões a respeito do  
122 agendamento devem ser enviadas por e-mail, com cópia para Ligia Daher  
123 (COTEP) e Diógenes Pepe (COAFI). 3) No site e no aplicativo deve-se mudar de  
124 “agendamento administrativo” para “atendimento”, para que fique mais explícita a  
125 finalidade do recurso. 4) O Atendimento deve solicitar, formalmente, *feedback* de  
126 todas as subsedes a respeito do agendamento. Aguarda-se esse retorno com

127 antecedência ao retorno de férias do funcionário Adolfo Benevenuto, responsável  
128 pelo sistema, de modo a já se ter sistematizadas as necessidades. 5) Será  
129 verificada a possibilidade de ter totem de autoatendimento nas subsedes. **2.3)**  
130 **Boleto de anuidades** – Diógenes Pepe, coordenador administrativo-financeiro do  
131 CRP SP, relata que haverá muitas/os psicólogas/os que reclamarão de não terem  
132 recebido boleto referente às anuidades de 2020. Fizeram levantamento junto ao  
133 Banco do Brasil (BB) e muitas pessoas aderiram ao DDA - Débito Direto Autorizado  
134 (cerca de 20% da categoria) e, para esses casos, o BB não imprime boleto. Até o  
135 momento, não identificaram problemas com relação aos boletos que foram  
136 emitidos. Rodrigo Toledo pontua que, aquelas/es que aderiram ao DDA mas  
137 desejam o boleto, podem imprimir por meio do site. Adriana Pereira complementa  
138 que pelo DDA somente é possível o pagamento parcelado no mês de janeiro. Para  
139 pagar em cota única, será quitado somente em março, e assim, não terá desconto  
140 de pagamento adiantado. é preciso emitir o boleto pelo site. Encaminhamentos: 1)  
141 Sobre o fato de que muitas/os psicólogas/os não receberão boleto por terem  
142 optado pelo DDA, deve-se reforçar a reimpressão *on-line* do boleto, porque  
143 somente assim será possível o desconto de pagamento antecipado; 2) As  
144 informações devem estar sempre alinhadas com a Comissão de Comunicação, que  
145 ficará responsável pela devida divulgação. 3) Diretoria está pensando no melhor  
146 formato de pagamento e formas para diminuir inadimplência dentro do novo modelo  
147 de gestão. **2.4) Congresso Latino-Americano de Psicologia ULAPSI – Paraguai**  
148 **2020** - Beatriz Brambilla informa que este ano ocorrerá o Congresso Latino-  
149 americano de Psicologia da Ulapsi - União Latino-Americana de Entidades de  
150 Psicologia. Explica que a Ulapsi é formada por diversas entidades da psicologia na  
151 América Latina, no Brasil contando com a participação de grande parte dos  
152 Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal de Psicologia. Na plenária passada  
153 indicou-se que se trouxesse um histórico da participação do CRP SP nesse  
154 espaço. Assim, relata que a participação do CRP SP costuma ser com a  
155 apresentação de mesas, simpósios e conferências. Ainda, participam  
156 conselheiras/os e também é dado apoio financeiro para participação de outras  
157 pessoas de referência para a Psicologia. Das edições anteriores, relata que: Em  
158 2014, houve a participação de 5 (cinco) conselheiras e apoio à 4 (quatro) pessoas

159 de referência e/ou entidades e o custo envolvido foi de R\$ 41.449,10 (quarenta e  
160 um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dez centavos). Em 2016,  
161 participação de 6 (seis) conselheiras/os, 6 (seis) convidadas/os representantes do  
162 CRP SP e apoio a 3 (três) pessoas de referências e/ou entidades e o custo  
163 envolvido foi de R\$ 61.353,71 (sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e três  
164 reais e setenta e um centavos). Em 2018, participação de 6 (seis) conselheiras/os,  
165 2 (duas) convidadas/os representantes do CRP SP e apoio a 2 (duas) pessoas de  
166 referências e/ou entidades e o custo envolvido foi de R\$ 88.438,27 (oitenta e oito  
167 mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos). Quanto ao aumento  
168 de gastos, pode ser explicado, também, pela alta do dólar. Ainda, sobre os  
169 assuntos discutidos, em 2016 foram levados os temas Violência de Estado;  
170 Medicalização – Infância; Democracia; Povos Indígenas; Psicologia Popular; Saúde  
171 Mental; Laicidade e Desigualdade Social; e, em 2018, Pessoa com deficiência;  
172 Relações Raciais; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Movimentos sociais e Questões  
173 LGBT. A tema do Congresso de 2020 é “Fortalecendo o Compromisso da  
174 Psicologia Latino-americana com Bem Estar Social”. Informa que o CRP MG  
175 convidou o CRP SP para compor uma mesa, da região Sudeste do Brasil, sobre  
176 Saúde Mental. Assim, solicita-se ao plenário que encaminhe, até 31 de janeiro de  
177 2020), sugestões de temas, articulações e pessoas para que possam discutir na  
178 próxima plenária. No dia 06 de fevereiro, haverá reunião das entidades brasileiras  
179 filiadas à Ulapsi e encaminhará ao plenário o que for urgente que surgir. Ressalta-  
180 se a importância de que as sugestões de temas dialoguem com os resultados do  
181 Planejamento Estratégico do CRP SP. Relata que no último encontro da Ulapsi,  
182 houve problema de só permitirem participação de entidades com CNPJ e, nesse  
183 sentido, considera que o CRP SP pode chamar os movimentos sociais/populares  
184 para estarem junto nas atividades propostas e que deve-se apoiar as  
185 institucionalidades, mas recordando que essas devem construir em conjunto com  
186 os movimentos populares. **Encaminhamento:** As/Os conselheiras devem  
187 encaminhar propostas de temas para o CRP SP levar ao Congresso até o dia 31  
188 de janeiro. Esses temas serão levados à reunião telefônica das entidades  
189 brasileiras que será realizada em 06 de fevereiro. O foco das atividades deve ter  
190 como base o trabalho e as discussões institucionais que o Conselho realiza e os

191 Resultados do Planejamento Estratégico; e considerar articulações com parceiras  
192 do Conselho (entidades e movimentos sociais). As temáticas serão definidas  
193 posteriormente, em conjunto, e também deve-se considerar de que forma serão  
194 concedidos possíveis solicitações de apoio. **2.5) Logo e Mote** – Beatriz Brambilla  
195 recorda que já havia sido aprovado o mote da gestão “Psicologia é para todo  
196 mundo e se faz com Direitos Humanos”. A partir disso, foi criada uma identidade  
197 visual e logo que foram aprovados pelas/os conselheiras/os junto à Comissão de  
198 Comunicação. Apresenta a identidade visual aprovada. é apresentado a todas/os.  
199 Indica-se a necessidade de que se utilize essa identidade visual em todas as  
200 apresentações do Conselho. A ideia é que haja um selo com essa identidade para  
201 ser utilizado em todas as comunicações do CRP SP. **2.6) Contratação de**  
202 **Assessoria Técnica do CREPOP** - Talita Fabiano de Carvalho informa que está  
203 sendo feito o processo de seleção para contratação de assessoria técnica do  
204 CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.  
205 Relata que se solicitou que escrevessem uma redação, para que fosse possível  
206 fazer uma avaliação dessa competência, uma vez que produzirão relatórios do  
207 CREPOP. O tema da redação era sobre a visão que tinham de a Psicologia ser  
208 para todas/os e feita com Direitos Humanos. Gostaram muito das respostas e  
209 pensaram em realizar uma campanha fazendo esse questionamento à categoria.  
210 Considerando que o CREPOP possui demandas sazonais, o indicativo é que a  
211 pessoa contratada nos trabalhos das Comissões de Direitos Humanos e Políticas  
212 Públicas e no monitoramento dos resultados estratégicos. **2.7) Encaminhamentos**  
213 **da APAF** – Beatriz Brambilla informa que receberam nesta semana os  
214 encaminhamentos da APAF - Assembleia de Políticas, da Administração e das  
215 Finanças de dezembro de 2019, que serão compartilhados com todas/os. A  
216 conselheira Ivani Francisco de Oliveira participou da mesa diretora. Relata que  
217 discutiram os Pontos Financeiros, como Orçamento 2020, fundo de sessões, fundo  
218 de sustentabilidade e Comissão Editorial. Esses pontos também foram discutidos  
219 na reunião de tesoureiros. Relata que realizaram discussão sobre a PEC 108/2019,  
220 mas no final do ano passado houve a retirada da PEC da votação, mas será  
221 apresentado texto substitutivo. A respeito do CREPOP, relata que o plano de  
222 trabalho foi aprovado e todos os Regionais farão Seminários Estaduais de

223 Psicologia e Políticas Públicas. Os Temas das pesquisas 2020 aprovados foram:  
224 prevenção ao suicídio e autolesão e Unidades de Acolhimento Institucional no  
225 SUAS. O CREPOP definirá qual pesquisa será realizada antes. Também foi feita  
226 discussão sobre o GT de Política de Orientação e Fiscalização, com nova  
227 composição, mas o CRP SP se manteve nesse GT. Foram demandas novas  
228 tarefas do grupo. Sobre a Análise para Concessão de Registro de Psicóloga/o  
229 Especialista, relata que se definiu a alteração do nome da Comissão de Análise  
230 para Concessão de Título de Especialista, que passa a chamar-se CARPE –  
231 Comissão de Análise para concessão do Registro de Psicóloga Especialista. A  
232 tarefa que ficou dessa discussão é olhar as todas descrições de especialidades e  
233 fazer contribuições. A Resolução foi aprovada, mas sem a parte que descreve as  
234 especialidades. Sobre Avaliação Psicossocial, informa que o ponto não foi  
235 discutido. Assim, propõe que o CRP SP retome essa discussão. Pode ser criado  
236 um GT com essa finalidade, de modo que possam apresentar contribuições  
237 qualificadas. A minuta de Resolução já estava pautada, mas não houve tempo de  
238 realizar a discussão em APAF. Considerações do plenário: 1) Maria Rozineti  
239 Gonçalves complementa que ficaram algumas tarefas para o GT de Revisão da  
240 POF, como realizar a revisão da Resolução de PJ, a revisão da Resolução sobre  
241 atendimento *on-line*, revisão dos prazos previstos no novo CPD – Código de  
242 Processamento Disciplinar, produzir nota orientativa sobre psicólogas/os nas redes  
243 sociais em construir políticas de enfrentamento à lógica judicializante em fase pré-  
244 processual. Pontua que, para algumas dessas tarefas o CRP SP já criou grupos  
245 para discutir os assuntos. Relata, ainda, que tentaram que fossem priorizadas as  
246 discussões dos pontos sobre pessoas com deficiência, tanto na escolha dos pontos  
247 para as referências técnicas para o CREPOP e também os demais pontos  
248 pautados sobre o tema. Sobre a Resolução da CARPE, pontua que o CRP SP já  
249 havia feito diversos destaques na primeira versão do documento, e que se seria  
250 interessante resgatar esse material para passar para a conselheira Lilian Suzuki,  
251 pois pode auxiliar na descrição das especialidades. 2) Beatriz Brambilla pontua que  
252 Maria Rozineti Gonçalves fez uma fala muito importante na APAF, referente ao  
253 capacitismo no Sistema Conselhos. O CRP SP deve repautar o ponto de  
254 atendimento à pessoa surda na APAF de maio 2020, e considerar a possibilidade



255 de levar, enquanto convidada, a psicóloga surda Raissa Siqueira Tostes, de modo  
256 que possa contribuir com a pauta e garantir que o ponto será discutido. 3) Rodrigo  
257 Toledo pontua que há muitas Resoluções sendo apresentadas em APAF. Assim,  
258 para facilitar o trabalho da delegação do CRP SP nas discussões desse ponto,  
259 solicita que as/os responsáveis pela apresentação do ponto na plenária do CRP SP  
260 que discutir os pontos da APAF, façam os destaques diretamente no texto da  
261 Resolução, fazendo um comparativo entre como está o texto enviado e as  
262 propostas do CRP SP. **Encaminhamentos:** 1) Para a representação do CRP SP  
263 no GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização, COE e COF devem  
264 definir em conjunto quem será a/o representante. 2) Registra-se a sugestão de  
265 criação de um GT no CRP SP sobre avaliação psicossocial. 3) As/Os  
266 conselheiras/os responsáveis pela apresentação de pontos com propostas de  
267 Resolução devem fazer destaques diretamente na minuta, para auxiliar a  
268 delegação no momento de discussão desses pontos na APAF. 4) Os pontos  
269 relativos às pessoas com deficiência não foram discutidos. A fim de garantir a  
270 discussão desses pontos, indica-se a participação de uma pessoa com deficiência,  
271 enquanto convidada, na APAF. **III) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS**  
272 **FÍSICA E JURÍDICA** – Raizel Rechtman submete ao plenário a apreciação dos  
273 processos de pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:**  
274 Foram homologados: **Pessoa Física** – 381 (trezentos e oitenta e um) novas  
275 inscrições, 129 (cento e vinte nove) reativações, 20 (vinte) inscrições secundárias,  
276 37 (trinta e sete) inscrições por transferência, 256 (duzentos e cinquenta e seis)  
277 cancelamentos a pedido, 8 (oito) transferências, 35 (trinta e cinco) cancelamentos  
278 por não apresentação do Diploma. **Pessoa Jurídica** – 92 (noventa e dois)  
279 registros, 10 (dez) cadastros, 3 (três) isenção de débitos e 11 (onze)  
280 cancelamentos. Total geral dos processos analisados: 982 (novecentos e oitenta e  
281 dois), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV) APRECIÇÃO**  
282 **DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Beatriz Borges Brambilla submete os processos  
283 de solicitação de título de especialista para apreciação do plenário.  
284 **Encaminhamento:** 1) Na modalidade Residência Múltipla deferiu-se 01 (um) na  
285 área da Saúde. Na Modalidade Cursos IES deferiu-se 01 (um) na área da  
286 Psicologia do Organizacional e do Trabalho, 10 (dez) na área do Trânsito, 01 (um)

287 na área Esporte, 06 (seis) na área da Psicologia Clínica, 01 (um) na área da  
288 Psicologia Hospitalar, 07 (quatro) na área da Psicopedagogia, 06 (seis) na área da  
289 Neuropsicologia, 02 (dois) na área da Avaliação Psicológica e 1 (um) na área da  
290 Saúde. Indeferiu-se 01 (um) área da Psicologia Clínica, 01 (um) na área da  
291 Neuropsicologia e 01 (um) na área da Saúde. Na modalidade Nova Especialidade  
292 deferiu-se 22 (vinte e dois) na área de Avaliação Psicológica. Assim, o total geral é  
293 de 57 (cinquenta e sete) títulos de especialistas deferidos e 3 (três) título de  
294 especialista indeferido conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. 2)  
295 Na próxima plenária deverá ser discutido o crescente número de solicitações de  
296 título de especialista em avaliação psicológica. 3) Registra-se o elogio ao trabalho  
297 de Lilian Suzuki na apreciação dos pedidos de títulos de especialista. **V)**  
298 **MONITORAMENTOS DAS ATIVIDADES DO CRP SP** – Karen Meira Dotto informa  
299 que desde que iniciaram o Cadastro no E-Psi, são feitas cerca de 30 (trinta)  
300 análises para concessão por dia. Explica que as solicitações estão sendo  
301 respondidas de forma célere porque conseguiram algumas mudanças no sistema  
302 com o CFP, organizou os trabalhos de forma que duas/dois PATs cuidam do  
303 mesmo assunto e há, ainda, uma/um terceira/o de apoio, assim, o trabalho não fica  
304 represado devido à férias, licenças ou faltas. **Encaminhamento:** 1) Em toda  
305 plenária deverá ser apresentada uma síntese sobre as solicitações do E-Psi. 2)  
306 Trimestralmente, COE e COF, devem apresentar dados qualitativos e quantitativos,  
307 com informações de todas as subsedes, para ciência da plenária. **VI) FORMAS DE**  
308 **ORGANIZAÇÃO** – Raizel Rechtman apresenta slides que foram preparados para  
309 serem utilizados nas Oficinas de Planejamento Estratégico das Subsedes. Consta  
310 nessa apresentação, entre outras coisas: os princípios da gestão, os Resultados  
311 2022 do Planejamento Estratégico, os Resultados 2020 do Planejamento  
312 Estratégico, a programação resumida das Oficinas de PE das subsedes e o  
313 calendário de Oficinas. A respeito dos Resultados, relata que estão simplificando  
314 a forma de referencia a eles, sendo por dar nomes resumidos e por renumerá-los  
315 de forma mais simples. Relata as etapas do Planejamento e que entendem que se  
316 trata de desenvolvimento institucional: Planejamento Trienal, Processo de Escuta  
317 das Subsedes, Planejamento 2020, Processo de Escuta das Trabalhadoras,  
318 Mobilização e engajamento, Oficinas nas Subsedes e Planejamento das Áreas e

319 Monitoramento. Os objetivos das Oficinas das subsedes são: compartilhar as  
320 etapas do processo de elaboração do Plano 2022 e os resultados esperados para  
321 2020; elaborar o Plano 2020 da Subsede; e, identificar acordos sobre a dinâmica  
322 de funcionamento da subsede. Beatriz Brambilla relata que foi feita revisão da  
323 dinâmica de funcionamento visando construir sentidos e atuação mais coletivos,  
324 em contraposição a uma atuação isolada; aumentar a participação da categoria;  
325 garantir transversalidade de pautas e ações; dar centralidade às Subsedes,  
326 reforçando a interiorização e a descentralização; aumentar as condições para  
327 rápidas respostas às demandas não planejadas; e, aumentar capacidade de  
328 execução do que foi planejado. Segundo o Regimento Interno, são instâncias do  
329 CRP SP: Plenário, Diretoria, Comissões, Congressos, Assembleias e Órgãos  
330 auxiliares e consultivos (COE, COF e Comissões Gestoras). É facultativo ao  
331 plenário constituir GTs e Comissões temáticas para fins específicos, quando  
332 necessário. As demais instâncias seriam: Comissão de Políticas Públicas,  
333 Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Processos Legislativos, CATE -  
334 Comissão de Análise para Concessão do Título de Especialista, Comunicação,  
335 História e Memória, Comitê Consultivo Temático do Estado, GR20 (19 Grupos dos  
336 Resultados 2020) e Núcleos Temáticos da Subsede. Explica-se o funcionamento  
337 de cada Comissão. Proposta de organização da gestão: Comitê Consultivo  
338 Temático do Estado – Atribuições: Responder demandas relacionadas ao tema:  
339 posicionamentos públicos, notas técnicas entre outras referências sobre o tema em  
340 diálogo com COE e COF, fazer representações institucionais relacionadas ao tema,  
341 ser uma instância consultiva para o CRP SP na temática específica, identificar  
342 temas/questões a serem discutidos em reuniões de Diretoria, produzir relatos sobre  
343 andamento das atividades realizadas para apresentação trimestralmente em  
344 plenária para monitoramento. Serão compostos por colaboradoras e conselheiras  
345 de referência do tema, com representantes de, ao mens, 3 (três) subsedes  
346 diferentes e apoio técnico (PAT) de COE e COF; coordenado por conselheira ou  
347 colaboradora. Núcleo Temático da Subsede – Atribuições: acolher e envolver as  
348 psicólogas/os nas atividades do CRP, realizar ações relacionadas aos Planos dos  
349 Resultados Esperados, responder demandas do território relacionadas ao tema em  
350 diálogo com COE e COF, fazer representações no território, identificar

351 temas/questões a serem discutidos em reuniões da Comissão Gestora das  
352 Subsedes, realizar ações de orientação e fiscalização no território e realizar até 2  
353 ações por ano relacionado ao tema. Composto por conselheira e colaboradoras e  
354 coordenado por uma dessas. GR20 (19 Grupos dos Resultados 2020) –  
355 Atribuições: organizar GTs de trabalho para a execução do plano de ação, articular  
356 os Núcleos Temáticos para a execução do plano da ação dos Resultados, se  
357 necessário, monitorar o andamento do plano de ação trimestralmente para o  
358 Plenário e acompanhar as demandas ordinárias do seu escopo. Composto por  
359 conselheiras articuladoras e co-articuladoras dos Resultados e das Comissões  
360 permanentes, colaboradoras e trabalhadoras, coordenado pela conselheira  
361 articuladora. Sobre o monitoramento do trabalho dos Grupos de Resultados, são as  
362 instâncias responsáveis: 1) Diretoria – Resultados 01, 02, 03, 04, 07, 12, 18 e 19;  
363 2) COE/COF – Resultados 05, 14, 15, 16 e 17; 3) CDH/ CPP – Resultados 08, 09 e  
364 10; 4) Comunicação – Resultado 13; 5) CREPOP – Resultado 11; 6) História e  
365 Memória – Resultado 6. Próximos passos: reunião com todas as coordenadoras de  
366 Comissões para alinhar fluxo de comunicação e trabalho; realizar reuniões de  
367 alinhamento por Comissão para organizar agenda de trabalho e divisão de tarefas;  
368 realizar reunião de cada GR20 para organizar trabalhos; e, realizar reuniões de  
369 alinhamento das áreas de gestão. Considerações da/o plenário: 1) Beatriz  
370 Brambilla pontua que está sendo solicitada à Comunicação, também, a elaboração  
371 de uma apresentação institucional, que também será apresentada nas Oficinas. 2)  
372 Sarah Faria Abrão Teixeira considera importante que seja incluída na apresentação  
373 as referências sobre as informações dados a respeito do funcionamento de cada  
374 Comissão e instância. 3) Raizel Rechtman, sobre os Comitês Consultivos, explica  
375 que eles não têm a função de serem os articuladores dos núcleos. Trata-se de  
376 pessoas convidadas de referência em determinado assunto, que produzirão notas  
377 técnicas e de referência e farão representações estaduais. 4) Maria Mercedes  
378 Guarnieri relata que, para ela, os Comitês Consultivos se assemelham a uma  
379 instância acadêmica, que não dialoga com os territórios. Nesse sentido, também  
380 não entende porque não se atribui atividades de orientação e fiscalização aos  
381 Comitês. 5) Sarah Faria Abrão Teixeira entende que é uma mudança de cultura, de  
382 valorizar que está no território. Os membros dos Núcleos Temáticos das Subsedes

383 podem participar, também, dos Comitês Consultivos. 6) Ione Aparecida Xavier  
384 pondera que é importante ter a fundamentação teórica, para responder às  
385 demandas de notas técnicas, de posicionamentos e de construção. 7) Beatriz  
386 Brambilla pondera que atualmente, já se tem trabalhado na lógica do Comitê  
387 Consultivo, uma vez que a Diretora precisa responder às demandas e aciona  
388 pessoas de referência. Mas, sem a indicação das subsedes, só aciona as pessoas  
389 que conhece, o que dificulta cumprir as demandas. 8) Ligia Daher pontua a  
390 importância de que as reuniões sejam informadas aos administrativos  
391 responsáveis, bem como que seja produzido registro/ata dessas reuniões, que  
392 poderão, inclusive, serem disponibilizadas no Portal da Transparência.

393 **Encaminhamento:** Por unanimidade, o plenário concorda com a forma de  
394 organização apresentada: Comitê Consultivo Temático do Estado, Núcleo Temático  
395 da Subsele e GR20 (19 Grupos dos Resultados 2020). **INTERVALO DA**  
396 **PLENÁRIA** – Neste momento, às 13 horas, a conselheira presidenta interrompe a  
397 plenária, por 1 hora, para almoço. Às 14h10, a plenária é reiniciada. **VII)**  
398 **COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COF – 7.1) *Tablet e***  
399 ***Aplicativo de Fiscalização*** – Maria Rozineti Gonçalves comenta que *tablet* com o  
400 aplicativo de fiscalização significará um avanço nos processos de fiscalização.  
401 Outros Conselhos solicitaram terem acesso e treinamento a esse sistema, o que  
402 ocorreu na sede do CRP SP. Karen Dotto, assistente de coordenação da COF,  
403 explica que o aplicativo substitui o termo de fiscalização em papel, e é de posse do  
404 CRP SP. No entanto, precisaram realizar muitos ajustes no aplicativo, e a empresa  
405 demorou para entregar os aplicativos. Foram feitos diversos testes. Entende-se que  
406 o uso do aplicativo diminuirá o tempo para preenchimento. Após a assinatura no  
407 próprio aplicativo, a/o funcionária/o administrativa/o da COF e a/o psicóloga/o  
408 receberão uma cópia do termo instantaneamente. Explica que no momento o  
409 aplicativo está sendo atualizado com as novas resoluções e foram pedidas outras  
410 atualizações, que a empresa se comprometeu a entrega em janeiro.

411 Considerações dos presentes: 1) Ione Aparecida Xavier questiona se com o  
412 aplicativo haverá otimização de tempo também para preenchimento de relatórios  
413 que envolvam violações de direitos. 2) Karen Dotto explica que quando é feita  
414 fiscalização para averiguação sobre instituições violadoras de direitos humanos, há

415 um grande trabalho na produção de relatórios, pois, além de dialogarem com a/o  
416 psicóloga, ainda é preciso fazer um relatório específico sobre a instituição. O  
417 aplicativo substitui apenas a fiscalização refere ao exercício profissional da/o  
418 psicóloga/o. 3) Beatriz Borges Brambilla relata que foi realizada reunião sobre  
419 fiscalização em instituições totais, e uma das discussões é que seria interessante  
420 ter um formulário para cada tipo de fiscalização, pessoa física, pessoa jurídica,  
421 instituições totais e outros. **7.2) MEMO 021/18 – Padrão para emissão de**  
422 **documentos orientativos** - Maria Rozineti Gonçalves pontua que na gestão  
423 passada foi divulgado o Memorando 021/18, que trazia o padrão para emissão de  
424 documentos orientativos, onde consta as formas, natureza e formatos de  
425 documentos de orientação, como Notas Técnicas, Pareceres Técnicos e  
426 Resoluções. Assim, questiona se todas/os têm conhecimento sobre esse  
427 Memorando e se revalidam. Considerações do plenário: 1) Beatriz Brambilla  
428 pondera que é preciso rever esse Memorando e que o mesmo foi elaborado na  
429 gestão passada e, assim, as/os conselheiras/os desta gestão podem ainda não ter  
430 conhecimento. **Encaminhamento:** A COF encaminhará o Memo 021/18 à  
431 Diretoria, para que possa ser feita a revisão do mesmo, para posterior divulgação.  
432 **7.3) Planejamento COF** – Maria Rozineti Gonçalves informa que foi solicitado pelo  
433 Conselho Federal de Psicologia um relatório das atividades de fiscalização do  
434 exercício profissional para o ano de 2020. No Encontro de COE e COF, realizado  
435 no final de 2019, foi suscitada a necessidade de Planejamento de COF, inclusive  
436 devido ao Acórdão do TCU. Foram duas solicitações: 1) Dados relativos ao ano de  
437 2019; e, 2) Planejamento anual. Entende que o Planejamento do CRP SP é  
438 diferente dos demais regionais, uma vez que a demanda de São Paulo é muito  
439 grande. O prazo para envio dos relatórios é 30 de janeiro. Sobre o **Objeto de**  
440 **Fiscalização/Orientação**, colocaram que: “*O objeto de fiscalização do Conselho é*  
441 *o exercício profissional da psicologia, sendo sua função acompanhar o trabalho das*  
442 *profissionais, mediando de forma que a sociedade receba um trabalho com*  
443 *qualidade ética e técnica. Todas elas têm como base a lógica dialogada e*  
444 *orientativa. São fiscalizadas PJs inscritas, demandas recebidas por instituições*  
445 *(Ministério Público, Defensoria Pública, entre outras) e demandas recebidas por*  
446 *queixas. As demandas recebidas por queixas pelo Ministério Público e Defensoria*

447 *Pública são priorizadas. Tendo em vista nossa responsabilidade social, há*  
448 *situações que em o Conselho é demandado pela sociedade ou por instituições de*  
449 *defesa dos direitos a atuar conjuntamente em fiscalizações a instituições que*  
450 *violam direitos sistematicamente”. Nesse sentido, questiona se manterão essas*  
451 *informações, uma vez que em muitas dessas instituições não há psicólogos/os,*  
452 *mas o CRP SP é demandando, ainda que não se trata de fiscalização do exercício*  
453 *profissional. Assim, pontua que é preciso decidir ou não sobre essa manutenção.*  
454 *Sobre os Motivos, “quanto às fiscalizações do exercício profissional em PJs, a COF*  
455 *deste regional constatou que, em 2019, 1.014 empresas se inscreveram no CRP e,*  
456 *de acordo com a Resolução CFP 16/2019 há a necessidade de orientação destes*  
457 *profissionais. Quanto às queixas recebidas buscamos, em fiscalização, averiguar e*  
458 *orientar o exercício profissional das psicólogas que, em tese, estão atuando em*  
459 *desacordo com a legislação vigente. Quanto às demandas de composição de*  
460 *fiscalizações em instituições que apresentam indícios ou historicamente são*  
461 *violadoras de direitos humanos, visamos contribuir para garantia e promoção de*  
462 *direitos humanos, em conformidade com os princípios fundamentais dos Direitos*  
463 *Humanos que norteiam o Código de Ética Profissional do Psicólogo”. Localização*  
464 *geográfica: “Não há uma localização geográfica prevista, pois atuamos em todas as*  
465 *idades do Estado. Neste ano temos um projeto para criar critérios para os*  
466 *procedimentos de orientação e/ou fiscalização de PJs, conforme Resolução CFP*  
467 *16/2019, artigo 16, sendo um indicativo a realização coletiva de*  
468 *fiscalização/orientação aos responsáveis técnicos das PJs”. Equipe: “As*  
469 *fiscalizações/orientações contarão com a equipe de fiscais deste regional,*  
470 *compostas por 21 funcionárias e de 12 conselheiros, e ???*  
471 *membros/colaboradoras da COF”. Compõe também a equipe uma Assistente de*  
472 *Coordenadoria”. Atividades: “As orientações às PJs serão realizadas tanto*  
473 *presencialmente (na sede do CRP) - utilizando um Termo de Orientação, tanto*  
474 *como, por e-mail, ou por Ofícios. As orientações geradas por queixas serão*  
475 *realizadas tanto presencialmente (na sede do CRP SP), como por e-mail, e será*  
476 *utilizado o Termo de Orientação e/ou TAC. As orientações por e-mail são*  
477 *realizadas por meio de ofício. Em algumas situações, as fiscalizações in loco*  
478 *poderão ser realizadas por amostragem. Em 2019, as fiscalizações na Sede*

479 somaram 397 ao todo, nas Subsedes somaram 236, dentre as de rotina, as de  
480 averiguação e os retornos”. **Objeto de Fiscalização/Orientação:**  
481 “Orientação/Atendimento por demandas individuais via telefone, e-mail e  
482 presencial. Orientações realizadas por demandas coletivas por meio de rodas de  
483 conversas, eventos, entregas de CIP, entre outras. Orientação realizadas por meio  
484 de resoluções, publicações nas redes sociais, notas, folders, cartilhas, cadernos  
485 temáticos, vídeos, dentre outras”. **Motivos:** “Grande parte das demandas de  
486 orientação/atendimento decorre de ligação telefônica e/ou e-mail, oriundas de  
487 profissionais psicólogos, objetivando elucidar dúvidas sobre a ética e a conduta  
488 profissional. As orientações (telefônicas, por e-mail e presenciais), no ano de 2019,  
489 somaram 16.761, estima-se que tenha havido um aumento de XX% da demanda  
490 em relação a 2018. A prática de orientações coletivas, partem de demandas  
491 específicas de contexto de trabalho das psicólogas/os”. **Localização geográfica:**  
492 “Sede do Conselho Regional de Psicologia e suas 11 Subsedes (Alto Tietê, Assis,  
493 Baixada Santista e Vale do Ribeira, Bauru, Campinas, Grande ABC, Metropolitana,  
494 Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral  
495 Norte). Em algumas situações, as orientações são realizadas nos locais de atuação  
496 das psicólogas/os, como universidades, instituições e equipamentos públicos”.  
497 **Cronograma:** “O cronograma será realizado conforme demanda”. Atividades:  
498 “Mediante demanda, a equipe técnica do CRP irá receber a dúvida do profissional  
499 psicólogo ou da sociedade e responderá de imediato quando possível ou em  
500 momento oportuno para construção da resposta. Foi instituído no Conselho  
501 Regional o prazo de até 05 dias para resposta às demandas de orientação por e-  
502 mail e que dependam apenas da análise da Equipe Técnica. Nas demais  
503 demandas que dependam de despachos com as Conselheiras da COF, os prazos  
504 variam conforme a necessidade de discussão e encaminhamentos de cada caso.  
505 Em geral, despachos a cada 15 dias”. **Considerações das/os presentes:** 1) Ione  
506 Aparecida Xavier sugere que seja incluído o tamanho demográfico do estado e de  
507 alguns municípios, bem como distâncias territoriais. Questiona, ainda, se caberia  
508 incluir questões relacionadas à COE, também. 2) Karen Meira Dotto informa que no  
509 Encontro de COEs e COFs, foi informado que também solicitariam esses relatórios  
510 da COE. Ainda, que o modelo encaminhado pelo CFP é bastante suscinto,



511 portanto, entende que não é pertinente incluir muitos textos além dos solicitados. 3)  
512 Beatriz Borges Brambilla pondera que a solicitação do CFP está fundamentada nas  
513 exigências do TCU, para que o CFP possa organizar as atividades de COE e COF  
514 do ano. No entanto, entende fundamental que construam a narrativa do CRP SP.  
515 Mas, podem analisar, por exemplo, se nos últimos quatro anos cresceu o número  
516 de demandas advindas do Ministério Público, porque é o tipo de questão justificada  
517 pela precarização do Estado. Assim, que sejam respondidas as questões do CFP,  
518 mas qualificadas técnica e politicamente. Podem incluir um item de distribuição de  
519 material orientativo à categoria, outro sobre organização e publicização de  
520 materiais em outros meios, que não sejam os meios físicos. Sugere, ainda, que  
521 todos os dados quantitativos sejam informados por meio de tabelas, para facilitar a  
522 leitura. A realidade do CRP SP é muito diferente dos demais regionais, onde todas  
523 as atividades de orientação e fiscalização se dão no âmbito da COF. No entanto,  
524 entende que o relatório deve transpor os Resultados 2020 do Planejamento  
525 Estratégico, uma vez que uma parte do PE foi transpor os resultados do PE, para  
526 atividades de COE e COF. Para o CFP, o planejamento de COE e COF é o  
527 planejamento do CRP SP. 4) Raizel Rechtman pondera que é importante que  
528 essas informações referentes às fiscalizações que não envolvem exercício  
529 profissionais também constem no relatório, justificando conforme indicado por  
530 Beatriz Brambilla. 5) Quanto à localização geográfica, indica-se que sejam  
531 incluídas as informações das 11 (onze) subsedes do CRP SP. 6) Rodrigo Toledo,  
532 sobre a equipe, sugere que sejam incluídas/os as/os demais conselheiras/os, pois  
533 também realizam fiscalização. Assim, além das/os conselheiras/os membras/os de  
534 COF, que se indique as/os demais como “conselheiras/os fiscais”. 7) Maria Rozineti  
535 Gonçalves considera que é possível informar o crescimento anual do CRP SP na  
536 parte do documento referente à caracterização. 8) Maria Mercedes Guarnieri  
537 relembra as Oficinas realizadas com as unidades da Fundação Casa, que atingiram  
538 cerca de 330 psicólogas, e que podem constar no relatório enquanto orientação  
539 realizada. 9) Beatriz Brambilla sugere que, considerando as questões relacionadas  
540 ao volume de demandas do CRP SP, se solicite dilação de prazo para resposta de,  
541 ao menos, 10 (dez) dias. 10) Raizel Rechtman indica a importância de se ter um  
542 fórum de diálogo entre comissões gestoras, COAFI, COTEP e Diretoria, para as

543 situações em que se demanda alinhamento para realização de ações. Neste caso,  
544 para responder à demanda do CFP, de acordo com os indicativos desta plenária, é  
545 preciso politizar as informações técnicas. **Encaminhamentos: 1)** Sobre o  
546 Planejamento da COF, solicitado pelo CFP, deverá ser solicitada dilação de prazo  
547 para resposta, a fim de incorporar as sugestões do plenário: a) responder  
548 objetivamente aos questionamentos realizados, justificando politicamente as  
549 demandas do CRP SP; b) os eventos realizados podem ser incluídos enquanto  
550 orientação coletiva, com entrega de materiais de orientação; c) os dados  
551 quantitativos sejam apresentados também com gráficos e tabelas; e, d) as  
552 Comissões Gestoras devem apresentar às PATs a demanda, a fim de trazerem  
553 sentido para a tarefa. **2)** Será montado um grupo de *Whatsapp* com coordenações  
554 de Comissões Gestoras para fazer a qualificação política da produção do relatório  
555 e trabalhar outras questões que possam surgir na mesma direção. Esse grupo  
556 contará com a participação da COTEP e do COAFI. **3)** Haverá reunião da COF no  
557 dia 31 de janeiro, para a qual, as comissões gestoras também deverão ser  
558 convidadas. **7.4) Grupos operacionais da COF** – Maria Rozineti Gonçalves relata  
559 que na última plenária criaram 4 (quatro) Grupos Operacionais: Pessoa Jurídica de  
560 Comunidades Terapêuticas, Inscrição de Pessoa Jurídica, Atendimento Online e  
561 Carteira de Identidade Profissional – CIP. Sobre o grupo de Inscrição de Pessoa  
562 Jurídica, responsável por elaborar a Resolução estadual sobre o assunto. Já  
563 realizaram reunião e, em breve, realização outra. Já acordaram com o CFP que  
564 será possível fazer orientação coletiva. No entanto, o grupo não conta com a  
565 participação de conselheira/o. Sobre o grupo de atendimento on-line, informa que o  
566 grupo já se reuniu e conseguiu deliberar sobre alguns pedidos de e-psi que  
567 estavam estancados devido à não se ter clareza sobre qual forma de atendimento  
568 pretendida. Estão levantando pontos críticos. Na próxima reunião, estão  
569 convidadas/os pessoas com maior conhecimento da área. A respeito do grupo  
570 sobre Carteira de Identidade Profissional – CIP, relata que ocorreu uma reunião.  
571 **Encaminhamentos: 1)** Ione Aparecida Xavier comporá o Grupo Operacional da  
572 COF sobre Pessoa Jurídica. **2)** Deve-se convidar a Comissão Gestora  
573 Metropolitana para compor equipe operacional sobre entrega de CIP. **3)** Passam a  
574 compor o grupo operacional de entrega de CIP: Raizel Rechtman, Lilian Suzuki e

575 Maria Rozineti Gonçalves. 4) Beatriz Brambilla passa compor o Grupo Operacional  
576 Pessoa Jurídica de Comunidade Terapêutica. 5) Deve-se encaminhar a memória  
577 da reunião do GO sobre CIP ao conselheiro Edgar Rodrigues. **7.5) Resolução**  
578 **Estadual para Inscrição de Pessoas Jurídicas em Comunidades Terapêuticas**  
579 **- Grupo Operacional** – Annie Louise Saboya Prado comenta que o CFP publicou  
580 uma Resolução para inscrição de pessoa jurídica que funcionam nos moldes das  
581 comunidades terapêuticas e que demanda que o CRP SP lance uma Resolução  
582 estadual. Por isso, as fiscalizações desse tipo de pessoa jurídica estão paradas.  
583 Estão em processo de elaboração da minuta, que segue o modelo da Resolução  
584 federal. Relata que havia um posicionamento político que era de não aceitar as  
585 solicitações de inscrição para essas instituições. No entanto, o jurídico informou  
586 que não haveria essa possibilidade. A Resolução do CFP já traz um  
587 posicionamento semelhante ao do CRP SP, que é de solicitar documentações que  
588 mostrem que a instituição não viola direitos humanos. Somente aquelas que  
589 atenderem à exigência documental serão fiscalizadas, para depois terem a  
590 solicitação atendida ou não. Essas instituições, em geral, não apresentam, por  
591 exemplo, projeto terapêutico singular. Consulta o plenário sobre como será o  
592 posicionamento do CRP SP sobre o assunto, se será mais radical. Considerações  
593 dos presentes: 1) Beatriz Brambilla pondera que é fundamental a discussão sobre  
594 como será a relação com as comunidades terapêuticas e o posicionamento do  
595 CRP SP. Considera-se dado o posicionamento antiproibicionismo e à negativa das  
596 CTs. As CTs não apresentam um modelo de cuidado com o qual este plenário  
597 compactua, mas o financiamento das políticas de saúde está destinado às CTs.  
598 Há, ainda, a questão de que muitas/os psicólogas/os dependem desses espaços  
599 para trabalharem. É preciso compreender um processo de responsabilização das  
600 instituições, e não somente das/os psicólogas/os que atuam nesses locais.  
601 Enquanto profissionais, há a previsão no Código de Ética de que se deve associar  
602 a instituições que coniventes com os princípios fundamentais da profissão. Relata  
603 que solicitou ao CREPOP um levantamento, via CNES - Cadastro Nacional de  
604 Estabelecimentos de Saúde, de quantas/os psicólogas/os atuam com políticas de  
605 álcool e drogas. O número de internações tem aumentado, pois esse é o modelo  
606 de saúde adotado no momento. A forma de enfrentar é confrontando o Estado. 2)

607 Ione Aparecida Xavier complementa que muitas Comunidades Terapêuticas  
608 adotaram a estratégia de não contratarem psicólogos/os, apenas chamarem  
609 pontualmente para aplicação de testes psicológicos. Com isso, a atuação do CRP  
610 SP nesses espaços fica restrita. O Governo tem financiado clínicas de álcool e  
611 drogas. 3) Karen Dotto relata que, ao fiscalizarem as/os psicólogas/os que atuam  
612 em CTs, verificam que as/os mesmas/os não têm consciência de que a atuação  
613 nesses espaços fere o Código de Ética. 4) Lígia Daher pondera que as  
614 Comunidades Terapêuticas podem ou não ser inscritas no CRP SP. Caso não  
615 sejam inscritas no CRP SP, a responsabilidade do CRP é sobre as/os  
616 psicólogas/os que atuam nesses locais. Se a CT desejar se inscrever, não há como  
617 o CRP SP antecipadamente negar o registro. Mas, pode fazer exigências  
618 documentais, como declaração de que não há laborterapia - o que consideramos  
619 trabalho escravo-, de que há projeto terapêutico singular, entre outras. 5) Beatriz  
620 Brambilla consulta o plenário que, unanimemente, entende que comunidades  
621 terapêuticas não se configuram em espaços de cuidado. Assim, sugere que se  
622 constitua um Comitê Consultivo de Álcool e Drogas e que esse já seja demandado,  
623 além de produzir contribuições da Resolução de PJ, produzir argumentos, sobre  
624 qual a visão sobre usuários de álcool e outras drogas, modelos de cuidado, para  
625 construção da Nota Técnica de Orientação a ser lançada junto com a Resolução.  
626 **Encaminhamentos:** 1) Na próxima plenária será pautado o posicionamento do  
627 CRP SP a respeito de PJ de Comunidade Terapêutica. A ideia é que se  
628 responsabilize, também, as instituições e não apenas as/os psicólogas/os. 2) Será  
629 montado Comitê Consultivo de Álcool e outras Drogas e demandada a produção de  
630 argumentos que fundamentem porque não consideramos CT um lugar de cuidado,  
631 com base nos dados de COE e COF. **VIII) RESOLUÇÕES - 8.1) Comissão de**  
632 **História e Memória da Psicologia do CRP SP** – Rodrigo Toledo informa que é  
633 decisão de COREP – Congresso Regional de Psicologia de São Paulo e CNP –  
634 Congresso Nacional da Psicologia a constituição de grupo de História e Memória  
635 da Psicologia enquanto uma Comissão permanente. Quando foi constituído, em  
636 1998, o grupo no CRP SP, a proposta era de resgate histórico de pioneiras/os da  
637 Psicologia, subsidiando o exercício profissional. O GT construiu 13 (treze) vídeos  
638 documentários de pioneiras/os ou campos históricos da Psicologia. Na gestão

639 passada, criaram uma série de vídeos “Psicologia em defesa”, contando a história  
640 da Psicologia em defesa de três grandes campos, SUS – Sistema Único de Saúde,  
641 SUAS - Sistema Único de Assistência Social e ECA – Estatuto da Criança e  
642 Adolescente. Faz leitura da minuta de Resolução que institui a Comissão de  
643 História e Memória da Psicologia do Conselho Regional de Psicologia do Estado de  
644 São Paulo – 6º Região: *“O Conselho Regional de Psicologia do Estado de São  
645 Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a  
646 deliberação do X COREP e do X CNP sobre o reconhecimento do Grupo de  
647 Trabalho História e Memória da Psicologia como uma comissão permanente do  
648 CRPSP; considerando a importância de afirmar o compromisso da psicologia junto  
649 à sua história e memória, como constitutivas na construção da identidade  
650 profissional da psicóloga (o); considerando que o conhecimento de sua história e  
651 memória são ferramentas fundamentais para o exercício profissional da psicóloga  
652 (o); considerando a importância de compreender o desenvolvimento das práticas e  
653 pensamentos psicológicos em articulação com as produções históricas e sociais;  
654 considerando a memória como um direito, componente fundamental para a  
655 constituição da verdade e imprescindível para o respeito e legitimação dos direitos  
656 humanos; considerando a importância dos direitos humanos para o exercício de  
657 toda e qualquer atividade profissional, notadamente para a Psicologia. Resolve: Art.  
658 1º - Fica instituída, como órgão permanente do Conselho Regional de Psicologia do  
659 Estado de São Paulo, a Comissão de História e Memória da Psicologia, cuja  
660 composição será aprovada em Plenária e nomeada através de Portaria específica.  
661 § 1º - Os membros da Comissão de História e Memória da Psicologia elegerão o  
662 seu coordenador; § 2º - Dentre os membros da Comissão de História e Memória da  
663 Psicologia deverá participar pelo menos um (1) Conselheiro. Art. 2º - São  
664 atribuições da Comissão de História e Memória da Psicologia do Conselho  
665 Regional de Psicologia do Estado de São Paulo: I. Incentivar a reflexão sobre a  
666 história e memória da Psicologia à formação, à prática profissional e à pesquisa em  
667 Psicologia; II. Ampliar os trabalhos de pesquisa e divulgação sobre as psicólogas  
668 pioneiras do estado de São Paulo; III. Desenvolver ações de ampliação do  
669 reconhecimento dos campos históricos e emergentes de atuação das psicólogas e  
670 das instituições que foram importantes para a consolidação da psicologia como*

671 *ciência e profissão; IV. Produzir conteúdos e desenvolver espaços de diálogo para*  
672 *acesso junto à categoria; V. Ampliar a produção e difusão do conteúdo das*  
673 *ferramentas de acesso, por meio da atualização permanente da Linha do Tempo*  
674 *da Psicologia em São Paulo e do Repositório Digital Fúlvia Rosemberg; VI.*  
675 *Desenvolver ações em comunicação e articulação com o Centro de Documentação*  
676 *do CRPSP (CEDOC-CRPSP) e o Sistema Conselhos. Art. 3º - Compete ao*  
677 *Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo: I.*  
678 *Estabelecer, anualmente, a dotação orçamentária específica para a Comissão de*  
679 *História e Memória da Psicologia; II. Definir a composição da Comissão de História*  
680 *e Memória da Psicologia, indicando novos membros ou substituindo-os. Art. 4º -*  
681 *Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as*  
682 *disposições em contrário”. Encaminhamento: Aprovada a Resolução que institui a*  
683 *Comissão de História e Memória da Psicologia do Conselho Regional de Psicologia*  
684 *do Estado de São Paulo – 6º Região, que terá sua forma revista e será*  
685 *encaminhada ao Jurídico para validação, antes de sua assinatura e publicação.*  
686 **8.2) Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP) –** Julia  
687 *Pereira Bueno explica que a proposta de unir a CDH – Comissão de Direitos*  
688 *Humanos e a CPP – Comissão de Políticas Públicas se dá pelo entendimento de*  
689 *que os direitos humanos são construídos a partir das políticas públicas. Beatriz*  
690 *Brambilla pontua que anteriormente, as discussões ficavam no âmbito das*  
691 *Comissões, no entanto, o que ocorreu nos últimos anos foi que essas se davam no*  
692 *âmbito dos pequenos grupos, como Núcleos. E as Comissões perderam sentido.*  
693 *Assim, a proposta visa também transversalizar mais as discussões e garantir que*  
694 *as ações se deem de forma mais coordenada, acompanhando e orientando as*  
695 *ações das subsedes. Assim, apresentam a proposta de criação da Comissão de*  
696 *Direitos Humanos e Sociais (CDHS). Faz-se leitura da minuta de Resolução que*  
697 *institui a Comissão de Direitos Humanos e Sociais do Conselho Regional de*  
698 *Psicologia do Estado de São Paulo – 6ª. Região: “O Conselho Regional de*  
699 *Psicologia do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e*  
700 *regimentais, e considerando a imprescindibilidade do respeito aos direitos humanos*  
701 *para o desenvolvimento integral do ser humano; considerando que os direitos*  
702 *humanos também se concretizam pelas políticas públicas; considerando a*

703 *relevância dos direitos humanos para a consolidação e o exercício da cidadania,*  
704 *constituindo-se em elemento fundamental sem o qual inexiste qualquer Estado que*  
705 *se queira democrático e de direito; considerando a importância dos direitos*  
706 *humanos para o exercício de toda e qualquer atividade profissional, notadamente*  
707 *para a Psicologia e as/os psicólogas/os, e considerando a experiência do Conselho*  
708 *Regional de Psicologia de São Paulo em ter trabalhado com a Comissão de*  
709 *Direitos Humanos e a Comissão de Políticas Públicas separadamente, a*  
710 *interligação da defesa de direitos humanos da garantia de políticas públicas, torna-*  
711 *se fundamental a articulação dessas duas temáticas numa única comissão com a*  
712 *finalidade de aprimorar a elaboração de diretrizes para a profissão e orientação*  
713 *para a categoria. Resolve: Art. 1º - Fica instituída, como órgão permanente do*  
714 *Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, a Comissão de Direitos*  
715 *Humanos e Sociais - CDHS, cuja composição será aprovada em Plenária e*  
716 *nomeada através de Portaria específica. Parágrafo Único - Dentre os membros da*  
717 *Comissão de Direitos Humanos e Sociais deverá participar pelo menos duas/duas*  
718 *(2) Conselheiras/os. Art. 2º - São atribuições da Comissão de Direitos Humanos e*  
719 *Sociais do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo: I – Incentivar*  
720 *a reflexão sobre os direitos humanos inerentes à formação e articular em conjunto*  
721 *a defesa e garantia de Políticas Públicas, à prática profissional e à pesquisa em*  
722 *Psicologia; II – Intervir em situações em que existam violações dos direitos*  
723 *humanos que produzam sofrimento mental, dentro das atribuições do CRP-SP; III –*  
724 *Participar de iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade*  
725 *brasileira; IV – Colaborar com organismos e movimentos nacionais e internacionais*  
726 *que atuam em defesa dos direitos humanos e de políticas públicas que visam sua*  
727 *concretização; V – Analisar as formas de exclusão que violem os direitos humanos*  
728 *e provoquem sofrimento psíquico e social, a fim de orientar a categoria sobre o*  
729 *exercício profissional. VI – Participar, por meio de representações na Reunião*  
730 *Nacional das Comissões de Direitos Humanos e Políticas Públicas dos Conselhos*  
731 *de Psicologia e ações conjuntas. VII - Promover a participação das Psicólogas na*  
732 *construção, efetivação e gestão das políticas públicas na garantia e defesa dos*  
733 *Direitos Humanos. Art. 3º - Compete ao Plenário do Conselho Regional de*  
734 *Psicologia do Estado de São Paulo: I – Estabelecer, anualmente, a dotação*

735 *orçamentária específica para a Comissão de Direitos Humanos e sociais; II –*  
736 *Definir a composição da Comissão de Direitos Humanos e Sociais, indicando novos*  
737 *membros ou substituindo-os. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de*  
738 *sua publicação, revogando-se as disposições em contrário”. Considerações dos*  
739 presentes: 1) Raizel Rechtman considera que os direitos sociais são uma das  
740 categorias do Direitos Humanos, assim, para não soar como se estivessem  
741 escolhendo uma das categorias frente a outras, sugere a alteração de nome para  
742 Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas. 2) Beatriz Brambilla sugere  
743 que deve-se pensar em sofrimento psíquico, ao invés de sofrimento mental. Sugere  
744 também que poderiam enunciar algumas formas de opressão que estão expressas  
745 na sociedade. 3) Emanoela Priscila Toledo Arruda questiona como se deu o  
746 processo que findou com a proposta de junção das duas comissões. Enquanto  
747 membra da Comissão de Políticas Públicas, ficou confusa pois não acompanhou o  
748 processo. 4) Beatriz Brambilla recorda que a proposta surgiu a partir de uma  
749 conversa chamada pela conselheira Maria da Gloria Calado, para definir as ações  
750 de um dos Resultados do Planejamento Estratégico e no diálogo, perceberam a  
751 necessidade de transversalizar as pautas. As Comissões devem ser espaços de  
752 construção de diretrizes, mas nas últimas gestões, com os núcleos, as Comissões  
753 deixaram de ter função. Assim, a proposta visa resgatar a Comissão de Direitos  
754 Humanos. 5) Indica-se, ainda: incluir as legislações aos quais o CRP SP tenha  
755 afinidade (Princípios de Yogyakarta e Durban) e o compromisso latino-americano  
756 do CRP SP. **Encaminhamentos:** **1)** Aprovada a Resolução que institui a Comissão  
757 de Direitos Humanos e Políticas Públicas. **2)** Deve-se considerar desigualdade  
758 social, ao invés de exclusão; **3)** Nos Considerandos, devem ser enunciados formas  
759 de opressão que estão postas na sociedade brasileira, como: classismo,  
760 machismo, patriarcado, racismo, capacitismo, etarismo e lgbtqifobia; **4)** Manter  
761 articulação internacional e reforçar o compromisso latino-americano do CRP SP; **5)**  
762 Considerar todos os princípios fundamentais do Código de Ética; **6)** Nos  
763 “considerandos” adicionar legislações, incluindo princípios de Yogyakarta e  
764 Durban, e apontar questões referentes às drogas, entre outros. **7)** Após a revisão  
765 da Resolução, de acordo com os apontamentos desta plenária, essa será  
766 encaminhada ao jurídico, para validação e posteriormente, para assinatura e



767 publicação. **8.3) Revisão da Resolução sobre os Núcleos adequando-a à nova**  
768 **proposta de organização do XVI Plenário** – Beatriz Borges Brambilla faz leitura  
769 da minuta com a proposta de Resolução que institui e regulamenta as instâncias de  
770 participação no Conselho Regional de Psicologia e revoga as anteriores: “O XVI  
771 *Plenário do CRP SP, Gestão 2019-2022, considerando a história da profissão no*  
772 *Brasil e no Estado de São Paulo; considerando os princípios fundamentais do*  
773 *Código de Ética Profissional; considerando a história de organização em*  
774 *comissões, projetos integradores e núcleos temáticos do CRP SP, efetivando o*  
775 *princípio de organização democrática e participativa da categoria; considerando as*  
776 *deliberações do X COREP, que prevê, especialmente: “Fomento e garantia da*  
777 *organização permanente das psicólogas/os, usuários dos serviços de psicologia,*  
778 *movimentos sociais e demais sujeitos sociais em instâncias internas de debate,*  
779 *deliberação e execução de ações políticas, de forma coordenada e articulada,*  
780 *ampliando as formas de organização territorializadas e temáticas, como, por*  
781 *exemplo, núcleos temáticos, grupos de discussão, projetos integradores, ou outras*  
782 *formas de organização democrática”, e “O CRP deve avançar em estratégias de*  
783 *interiorização e descentralização, garantindo a criação de coletivos nos territórios*  
784 *das subsedes que atuem sob a forma de uma gestão participativa, assim como a*  
785 *continuidade das ações das comissões de políticas públicas e Direitos Humanos*  
786 *descentralizadas e territorializadas de forma articulada à política nacional e*  
787 *estadual, atualizando as normativas e resoluções que regulam essas formas de*  
788 *participação.”; considerando a Lei nº 5766/71 e as atribuições fundamentais deste*  
789 *CRP, de orientar, fiscalizar, regulamentar e zelar pelo exercício profissional de*  
790 *qualidade; considerando o Regimento Interno do CRP SP, no que tange à*  
791 *organização interna, em especial o seu Art. 6º, § 1º, que dispõe sobre a autonomia*  
792 *dos Plenários em constituir instâncias operativas ou temáticas para os fins*  
793 *necessários do CRP SP, quando necessário; considerando a existência das*  
794 *Comissões de Direitos Humanos; Políticas Públicas; Comunicação; História e*  
795 *Memória; Processo Legislativo e Análise para Concessão de Registro de*  
796 *Psicóloga/o Especialista; e, ainda, considerando a necessidade de*  
797 *assessoramento, ampliação da participação de psicólogas/os e outras*  
798 *representações de instituições e movimentos sociais, o princípio da articulação e*

799 *da transversalização das ações e deliberações do CRP SP. Resolve: Art. 1º: Ficam*  
800 *criadas as seguintes instâncias participativas do Conselho Regional de Psicologia*  
801 *de São Paulo: I - Em âmbito estadual: Comitês Consultivos Temáticos do Estado;*  
802 *Grupos de Resultados Estratégicos; II - Em âmbito local, por subsede e sua área*  
803 *de abrangência geográfica: Núcleos Temáticos das Subsedes. Art. 2º: Serão*  
804 *constituídos Comitês Consultivos Temáticos tanto quanto forem necessários,*  
805 *desde que sejam aprovados pelo Plenário. conforme definido no Art. 2º desta*  
806 *Resolução. § 1º. Os Comitês Consultivos Temáticos do Estado têm como*  
807 *atribuições dar suporte técnico-especializado sobre áreas específicas de atuação*  
808 *profissional em articulação com as demais Comissões do CRP SP; colaborar com a*  
809 *produção de posicionamentos públicos, documentos de orientação e de referência*  
810 *à categoria; indicar psicólogas e psicólogos para representação institucional*  
811 *relacionada ao tema; e, colaborar enquanto instância consultiva. § 2º. Os Comitês*  
812 *Consultivos Temáticos do Estado serão compostos por ao menos três (3)*  
813 *membras/os, devendo ser de diferentes regiões do estado, cumprindo com o*  
814 *princípio de interiorização e descentralização do CRP SP e terá sua composição*  
815 *aprovada em Plenária. § 3º. As/os membras/os dos Comitês Consultivos Temáticos*  
816 *do Estado elegerão sua coordenação; § 4º. A coordenação de cada Comitê*  
817 *Consultivo Temático do Estado deverá apresentar relatório de atividades ao*  
818 *Plenário do CRP SP a cada três meses, visando monitoramento e transparência do*  
819 *processo. Art. 3º: Serão constituídos Grupos de Resultados Estratégicos tanto*  
820 *quanto forem necessários, desde que sejam aprovados pelo Plenário. conforme*  
821 *definido no Art. 3º desta Resolução. § 1º. Os Grupos de Resultados Estratégicos*  
822 *têm como atribuições acompanhar a organização, fomentar a execução e monitorar*  
823 *os resultados de Gestão, e articular ações com as demais Comissões e Instâncias*  
824 *participativas do CRP SP. § 2º. Os Grupos de Resultados Estratégicos serão*  
825 *compostos por ao menos um/a conselheira/o articuladora e um/a co-articuladora,*  
826 *podendo ser conselheira/o ou colaborador/a e um representante do corpo funcional*  
827 *de trabalhadores/as do CRP SP e terão sua composição aprovada em Plenária. §*  
828 *3º. Os Grupos de Resultados Estratégicos deverão apresentar relatório de*  
829 *atividades ao Plenário do CRP SP a cada três meses, visando monitoramento e*  
830 *transparência do processo. Art. 4º: Serão constituídos Núcleos Temáticos das*

831 *Subsedes tanto quanto forem necessários, desde que sejam aprovados pelo*  
832 *Plenário. conforme definido no Art. 4º desta Resolução. § 1º. Os Núcleos*  
833 *Temáticos das Subsedes têm como atribuições animar e aproximar as/os*  
834 *psicólogas/os e a sociedade de temáticas significativas ao exercício profissional;*  
835 *planejar e organizar ações de orientação coletiva à categoria; participar de ações*  
836 *ordinárias de orientação e fiscalização do exercício profissional; § 2º. Os Núcleos*  
837 *Temáticos das Subsedes serão compostos por conselheiras/os e colaboradoras/es*  
838 *e terão sua composição aprovada em Plenária. § 3º. As/os membras/os dos*  
839 *Núcleos Temáticos das Subsedes elegerão sua coordenação, sob aprovação da*  
840 *Comissão Gestora da Subsele de referência; § 4º. Os Núcleos Temáticos das*  
841 *Subsedes poderão convidar psicólogas/os para discussões específicas, sob*  
842 *aprovação da Comissão Gestora da Subsele da Subsele de Referência. § 5º. Os*  
843 *Núcleos Temáticos das Subsedes deverão apresentar relatório de atividades às*  
844 *Comissões Gestoras do CRP SP a cada dois meses, visando o alinhamento*  
845 *técnico-político, monitoramento e transparência do processo. Art. 5º - Esta*  
846 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições*  
847 *em contrário".* Considerações do plenário: 1) Lilian Suzuki sugere que os Comitês  
848 se encerrem ao final das atividades para as quais foram constituídos. 2) Raizel  
849 Rechtman entende que o encerramento deve ser ao final da gestão, uma vez que  
850 ele responderá a possíveis demandas que surjam no decorrer do tempo e não há  
851 como aguardar plenárias para constituir os GTs para responde-las. 2) Maria  
852 Mercedes Guarnieri entende que se deve incluir que os componentes dos Comitês  
853 Consultivos podem participar de orientações e fiscalizações. 3) Monica Marques  
854 entende que, uma vez que ainda há dúvida, que exemplifiquem como será o  
855 funcionamento a partir de um Resultado, para facilitar o entendimento de como se  
856 daria a articulação dos coletivos formados. 4) Luciane Jabur exemplifica pelo  
857 resultado referente à justiça restaurativa, que, para que possam realizar as ações,  
858 necessitarão do Núcleo de Justiça das subsedes, constituir um GT do Resultado de  
859 justiça restaurativa, para a construção é preciso estar articular com a CDHPP –  
860 Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas, COF – Comissão de  
861 Orientação e Fiscalização e COE – Comissão de Ética. 5) Raizel Rechtman  
862 posiciona-se contrária a que as/os componentes dos Comitês Consultivos façam

863 orientação e fiscalização. Caso desejem, devem passar a ser colaboradoras/es de  
864 COF. 6) Ivani Francisco de Oliveira também não concorda que as/os integrantes  
865 dos Comitês Consultivos façam fiscalização, uma vez que podem ser profissionais,  
866 inclusive, de outras áreas. 7) Beatriz Brambilla pontua que, com as novas  
867 orientações do TCU, será necessário construir uma mudança de cultura. Nesse  
868 sentido, construiu-se uma Resolução fluida, pois não se seguirá mais a lógica  
869 adotada até então. Assim, considera que poderia ser interessante a participação de  
870 colaboradoras/es que não estejam habituados com a antiga forma de  
871 funcionamento. 8) Eduardo de Menezes Pedroso questiona se os Núcleos das  
872 subsedes serão constituídos nas Oficinas de Planejamento Estratégico que serão  
873 realizadas nesses locais e se os grupos dos Resultados das subsedes estarão  
874 previstos na Resolução. 9) Raizel Rechtman considera que, talvez, não seja  
875 interessante definir os membros e coordenadores dos Núcleos das subsedes na  
876 Oficina, para não privilegiar somente os presentes. Caso haja Resultados  
877 específicos das subsedes, poderão formar grupos responsáveis que responderão  
878 às Comissões Gestoras. **Encaminhamentos:** Aprova-se a Resolução que institui e  
879 regulamenta as instâncias de participação no Conselho Regional de Psicologia e  
880 revoga as anteriores. A minuta passará por revisão e, posteriormente, será  
881 encaminhada à assessoria jurídica para validação. Após, será assinada e  
882 publicada. Na revisão que será realizada, deve-se retirar a disposição “estratégico”  
883 da nomenclatura do grupo de resultados e adicionar a instância “Grupos de  
884 Resultados da Subsede”, que deverão se reportar às respectivas Comissões  
885 Gestoras. A Resolução será revogada ao final da gestão. **IX) JORNAL – PAUTA**  
886 **SUBSEDES** – Raizel Rechtman sugere, como pautas para a seção “Subsedes” do  
887 Jornal Psi, as atividades itinerantes de entrega de CIP na Subsede Vale do Paraíba  
888 e Litoral Norte e debate de autismo na Subsede São José do Rio Preto. No  
889 entanto, como há outras subsedes que também realizam ações itinerantes de  
890 entrega de CIP, altera-se a sugestão para que a pauta sejam as ações de  
891 interiorização das Subsedes. **Encaminhamento:** A pauta da seção “Subsedes”  
892 será as ações de interiorização. Para isso, deve-se fazer levantamento de quais  
893 são as ações realizadas e por quais subsedes. **X) MOÇÃO DE APOIO AO**  
894 **MOVIMENTO DE LUTA PELA JORNADA DE 30 HORAS PARA**

895 **PSICÓLOGAS/OS SERVIDORAS/RES PÚBLICAS/OS DA PREFEITURA**  
896 **MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES** – Raizel Rechtman relata que a Subsede  
897 Alto Tietê encaminhou à Diretoria o questionamento sobre a publicação, ou não, de  
898 uma Moção de Apoio do CRP SP ao Movimento de Luta pela Jornada de 30 horas  
899 para Psicólogas/os Servidoras/res Públicas/os da Prefeitura Municipal de Mogi das  
900 Cruzes. Mônica Marques dos Santos relata que a Comissão Gestora da Subsede  
901 Alto Tietê recebeu uma comissão de trabalhadoras/es que demandaram, a  
902 princípio, que o CRP SP subscrevesse uma Carta de apoio, que seria levada ao  
903 Prefeito do município. No entanto, a Comissão Gestora achou preferível que  
904 elaborassem uma Carta própria. O grupo indicou que também dialogaria com o  
905 Sindicato. Considerações dos presentes: 1) Ivani Francisco de Oliveira pontua que  
906 esse não é um campo no qual o CRP SP deva opinar, que é algo a ser construído  
907 junto ao Sindicato. Alguns municípios já estão mudando a forma de contratação,  
908 por meio da mobilização das/os trabalhadoras/es. No entanto, considera incoerente  
909 que se apoie a redução da jornada para as psicólogas/os, considerando que  
910 internamente o CRP SP não pratica essa redução. 2) Monica Marques dos Santos  
911 ressalta que na Campanha eleitoral dessa gestão, se comprometeram em apoiar a  
912 jornada semanal de 30 horas para as/os psicólogas/os. 3) Beatriz Brambilla  
913 considera que o CRP SP deveria apenas subscrever as notas dos grupos, pois é  
914 inviável criar uma Nota para cada demanda que surja nesse sentido. 4) Karen  
915 Dotto, na posição de assistente de coordenação, alerta que, caso façam uma nota  
916 específica para um município, serão demandados a fazerem para muitos outros. 5)  
917 Monica Marques dos Santos pontua que, no documento produzido pela subsede,  
918 indicaram que o mesmo foi produzido sob provação. 6) Raizel Rechtman pondera a  
919 possibilidade de que se construa um documento padrão que será utilizado sempre  
920 que surgir a demanda. Embora o CRP SP ainda não pratique as 30 (trinta) horas  
921 para suas/seus psicólogas/os, trata-se de uma defesa da gestão.  
922 **Encaminhamento:** Incube-se a conselheira Monica Marques dos Santos de fazer  
923 um documento padrão, em conjunto com o Sindicato, para posterior aprovação da  
924 plenária. Esse documento será utilizado para todas as demandas que surjam dessa  
925 natureza. **XI) CRIAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS CONSULTIVOS** -  
926 Beatriz Brambilla sugere que, uma vez que os Comitês atuarão sob demanda, que

927 sejam aprovados em Diretoria, *ad referendum* da Plenária. Assim, quando houver  
928 demandas, conforme Resolução aprovada, a Diretoria em consulta às/aos  
929 conselheiras/os ligadas/os aos temas, verifica, ao menos, três pessoas de  
930 referência de subsedes diferentes e compõe o Comitê, referendando,  
931 posteriormente, em Plenária. Rita de Cassia Oliveira Assunção sugere, ainda, que  
932 possa haver a inclusão de mais nomes nesses Comitês, além daqueles que já  
933 foram sugeridos pelas subsedes. **Encaminhamento:** 1) Conforme necessidade e  
934 demanda das conselheiras, poderão ser criados os comitês consultivos pela  
935 Diretoria, nos moldes da Resolução, após consulta aos indicados, *ad referendum*  
936 da plenária. 2) Criam-se os seguintes Comitês Consultivos, cuja composição  
937 aguarda consulta aos indicados, para referendo: Psicologia na Interface com a  
938 Justiça, Relações Raciais, Comunidades e Povos Tradicionais, Identidade de  
939 Gênero, sexualidade/ LGBTQI, Mulheres, Psicologia e Deficiência, Criança e  
940 Adolescente, Saúde, Práticas interativas comportamentais (PICs), Drogas e  
941 Direitos Humanos, Psicoterapia, Despatologização e desmedicalização,  
942 Envelhecimento, Psicologia organizacional e do trabalho / Gestão de pessoas,  
943 Práticas da Psicologia e educação, Assistência Social, Emergências e Desastres,  
944 Trânsito e mobilidade urbana, Laicidade, espiritualidade e religiosidade, Psicologia  
945 na América Latina, Condições de trabalho da Psicóloga, Práticas não  
946 regulamentadas em Psicologia, Formação das Psicólogas, Temas transversais e  
947 Avaliação psicológica. **XII) RECOMPOSIÇÕES – 12.1) Comissão de Saúde do**  
948 **Trabalhador (COMSAT)** – Ivani Francisco de Oliveira relata que há Comissão de  
949 Saúde do Trabalhador, que é composta por representantes dos funcionários, do  
950 plenário e do Sindicato dos funcionários (Sinsexpro - Sindicato dos Trabalhadores  
951 das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no  
952 Estado de São Paulo). Trata-se de uma Comissão que pode auxiliar nos  
953 Resultados 2020, no que se refere à gestão de pessoas, formação continuada,  
954 qualidade de vida e ambiente de trabalho. Se as/os trabalhadores estiverem  
955 satisfeitos com seu trabalho, haverá impactos em todo funcionamento do CRP SP.  
956 Já ocorreu a eleição das/os trabalhadoras/es, em 18 de abril de 2019, tendo sido  
957 eleitos: Jefferson Geraldo Rodrigues (Unidade de Eventos) e Milene Fernanda da  
958 Silva Oliveira (Subsede do Grande ABC) como titulares e Gilvanilson da Conceição

959 Santos (Manutenção) como suplente. É preciso definir as/os conselheiras/os que  
960 comporão o grupo. Já foi agendada uma reunião O indicativo é que componham  
961 Raizel Rechtman, enquanto conselheira secretária, e Ivani Francisco de Oliveira,  
962 por ser responsável por Resultado refere à saúde do trabalhador. Há uma reunião  
963 marcada para o dia 23/01, às 16 horas. **Considerações dos presentes:** 1)  
964 Questiona-se sobre a possibilidade de a reunião ser realizada em período noturno.  
965 2) Ivani Francisco de Oliveira pontua que um dos representantes dos funcionários  
966 estuda no período noturno, e, assim, as reuniões precisam ser realizadas em  
967 horário comercial. 3) Beatriz Brambilla entende que seria importante que houvesse  
968 conselheira/o da metropolitana compondo esse espaço. Assim, sugere Jumara Van  
969 De Velde. **Encaminhamento:** Aprova-se a inclusão de Raizel Rechtman (CRP  
970 06/115233) e Ivani Francisco de Oliveira (CRP 121139) como membras titulares e  
971 Jumara Sílvia Van De Velde (CRP 06/7616) como membra suplente, representando  
972 o plenário do CRP SP. **12.2) Autoridade de Monitoramento da LAI** – Beatriz  
973 Borges Brambilla relata que, segundo a LAI – Lei de Acesso à Informação (Lei nº  
974 12.527/11), as empresas devem nomear uma autoridade de monitoramento da LAI,  
975 para garantir a prestação das informações. Enquanto responsável pela Unidade de  
976 Relações Externas do CRP SP, indica que seja incluída a funcionária Andrea Licht  
977 de Moraes Ferraz. Mas, é preciso, também, a inclusão de uma/um conselheira/o.  
978 **Encaminhamento:** Aprova-se a inclusão de Luana Alves Sampaio Cruz Bottini  
979 (CRP 06/69979) e Andrea Licht de Moraes Ferraz (Assessora Responsável da  
980 Unidade de Relações Externas), enquanto autoridades de monitoramento da LAI  
981 do CRP SP. **12.3) Comitê Consultivo da CAM COE** – Rita de Cassia Oliveira  
982 Assunção relata que é preciso definir uma pessoa para formar o Conselho  
983 Consultivo da Câmara de Mediação da Comissão de Ética. Realizaram uma  
984 reunião em dezembro com as/os mediadoras/es. Já há 87 (oitenta e sete)  
985 processos indicados para mediação. Ana Lúcia Catão se colocou à disposição. A  
986 conselheira Lauren Mariana Mennocchi dialogou com Fabiana Aidar, que se  
987 colocou à disposição para compor o Comitê Consultivo. Não há nenhum outro  
988 nome indicado para esse fim. **Considerações dos presentes:** 1) Luciane Jabur  
989 entende que é importante que as/os conselheiras/os que compuseram o plenário  
990 passado (gestão 2016-2019) se manifestarem, pois sabe que haviam questões em

991 relação a esse nome. 2) Annie Louise Saboya Prado aponta que teve pouco  
992 contato por serem da mesma região. Mas, sabe que há desalinhamento político  
993 com o CRP SP. Também, a mesma é voluntária no Tribunal de Justiça, o que  
994 também gera críticas por pessoas que atuam no campo da mediação. Ainda,  
995 utilizava espaços do CRP SP para promover seu trabalho pessoal. 3) Rita de  
996 Cássia Oliveira Assunção relata que não foi feita conversa com Fabiana Aidar  
997 anteriormente, somente a realizada por Lauren Mennocchi. **Encaminhamento:**  
998 Será realizado diálogo com a psicóloga Fabiana Aidar. Para comporem o Comitê  
999 Consultivo, será feita chamada de psicólogas atuam com mediação e justiça  
1000 restaurativa. **12.4) Conselho Penitenciário Do Estado De São Paulo – COPEN –**  
1001 Beatriz Borges Brambilla relata que o Conselho Penitenciário do Estado de São  
1002 Paulo possui uma vaga destinada para o CRP SP. Porém, esse Conselho é  
1003 responsável por atribuir às pessoas apenadas o direito de ter redução de pena,  
1004 progressão para regime semi-aberto, etc. Assim, questiona se isso é atribuição  
1005 da/o psicóloga/o. O abolicionismo é um horizonte da gestão. Uma psicóloga  
1006 encaminhou mensagem se dispondo a compor esse Conselho. Assim, entende que  
1007 é preciso fundamentar a não participação do CRP SP, para apresentar uma  
1008 resposta definitiva a essas demandas. Entende que a defesa de Direitos Humanos  
1009 que o CRP SP faz não perpassa por instituições com esse caráter. Considerações  
1010 do plenário: 1) Monica Marques dos Santos considera que se for um espaço em  
1011 que o CRP SP possa propor ações e realizar outros debates, pode ser interessante  
1012 manter a representação, caso isso seja possível. Em caso negativo, entende que  
1013 se deve abandonar esse espaço. Seu entendimento é que não seja a única  
1014 atribuição do Conselho a deliberação acerca das penas. **Encaminhamento:**  
1015 Considerando que houve manifestação de dúvida acerca de não haver  
1016 representação do CRP SP neste espaço, o assunto será repautado para discussão  
1017 na plenária subsequente. Para isso, quem tiver posicionamento favorável à  
1018 manutenção da representação deverá trazer subsídios de defesa. **12.5) Demais**  
1019 **recomposições – Encaminhamento:** Aprova-se em bloco as demais  
1020 recomposições indicadas: Comissão Gestora da Subsede de Sorocaba – Inclusão  
1021 de Talita Paes (CRP 06/110535) como membra da Comissão Gestora. Comissão  
1022 de Ética – Sede - Inclusão de Erika Lee da Silva (CRP 06/158402); Natália



1023 Aparecida da Silva (CRP 06/144439) e Sandy Lira Ximenes Lima (CRP 06/148875)  
1024 como colaboradoras de CI. Inclusão de Juliana Maldonado de Alencar Costa (CRP  
1025 06/157027) como membra. Inclusão de Cibele Arcanjo Monteiro (CRP 06/136051)  
1026 como colaboradora de CI para a Defensora Dativa. *Subsede de Sorocaba* -  
1027 Inclusão de Eliane Cristina Dias de Almeida (CRP 06/81767); Luciana Amaral Silva  
1028 Souza (CRP 06/128541) e Maria Sueila da Silva Ferreira (CRP 06/145164) como  
1029 membras. *Subsede de Ribeirão Preto* – Inclusão de Juliana Cristina Ferreira dos  
1030 Santos (CRP 06/148920) como Coordenadora de COE. Comissão de Direitos  
1031 Humanos e Políticas Públicas (CDHPP) – *Subsede de Bauru* - Inclusão de Lucas  
1032 Vieira Crepaldi (CRP 06/142208) e Maria Orlene Daré (CRP 06/3330) como  
1033 membros. *Subsede de Sorocaba* - Inclusão de Eliane Cristina Dias de Almeida  
1034 (CRP 06/81767) como membra. *Subsede de Campinas* - Inclusão de Cibele  
1035 Sanches (CRP 06/68323) como membra. *Subsede de São José do Rio Preto* -  
1036 Inclusão de Alexandre Felipe de Oliveira (CRP 06/142422) como membro.  
1037 **Representações Em Órgãos de Controle Social e Entidades** – Conselho  
1038 Municipal de Políticas sobre Drogas e Alcool de São Paulo – COMUDA (Comissão  
1039 Gestora Metropolitana) – Inclusão de Marcos Muniz de Souza (CRP 06/79192)  
1040 como representante titular do CRP SP e Flávia Maria de Moura Reis (CRP  
1041 06/112038) como representante suplente do CRP SP. Conselho Municipal de  
1042 Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e  
1043 Adolescentes de São Paulo – CMESCA (Comissão Gestora Metropolitana) -  
1044 Exclusão de Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384) como representante  
1045 suplente do CRP SP e inclusão de Sandra dos Santos (CRP 06/138654) como  
1046 representante suplente do CRP SP. Conselho Municipal de Saúde de São José do  
1047 Rio Preto (Subsede de São José do Rio Preto) - Inclusão de Randolfo dos Santos  
1048 Junior (CRP 06/75077) como representante do CRP SP. Conselho Municipal dos  
1049 Direitos da Criança e do Adolescente de São José do Rio Preto (Subsede São José  
1050 do Rio Preto) - Inclusão de Claudio Luis Garcia da Silva (CRP 06/37263) como  
1051 representante do CRP SP. Conselho Municipal de Assistência Social de  
1052 Catanduva/SP (Subsede São José do Rio Preto) - Inclusão de Thaina da Silva  
1053 Costa (CRP 06/149425) como representante do CRP SP. Conselho Municipal do  
1054 Esporte de Ribeirão Preto (Subsede Ribeirão Preto) - Inclusão de Ricardo Marinho

1055 de Mello de Picoli (CRP 06/109478) como representante titular do CRP SP e  
1056 Leticia Molina Rodrigues (CRP 06/124262) como representante suplente do CRP  
1057 SP. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão  
1058 Preto - CMDCA (Subsede Ribeirão Preto) - Inclusão de Stephanie Coelho Aguiari  
1059 (CRP 06/136776) como representante titular do CRP SP. Conselho Municipal  
1060 Antidrogas de Ribeirão Preto – COMAD (Subsede Ribeirão Preto) - Inclusão de  
1061 Nayara Gomes Braga (CRP 06/124513) como representante do CRP SP. Conselho  
1062 Municipal de Saúde de Campinas (Subsede Campinas) - Inclusão de Carina  
1063 Marinelli Silva Paupitz (CRP 06/151481) como representante do CRP SP. **PONTOS**  
1064 **PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA** - Não houve tempo hábil para discussão dos  
1065 seguintes pontos que serão repautados para a Plenária Ordinária subsequente:  
1066 Comissão de Ética, Testes Psicológicos, e, Intersexo e CNJ, para o qual indica-se  
1067 que a CDHPP e o CREPOP tragam subsídios para discussão do ponto. Nada mais  
1068 havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz Borges Brambilla deu  
1069 por encerrada a sessão às dezoito horas e dez minutos, da qual eu, conselheira  
1070 secretária, Raizel Rechtman, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será  
1071 assinada. São Paulo, 18 de janeiro de 2020.

---

Annie Louise Saboya Prado

---

Beatriz Borges Brambilla

---

Edgar Rodrigues

---

Eduardo de Menezes Pedroso

---

Emanoela Priscila Toledo Arruda

---

Ione Aparecida Xavier

---

Ivani Francisco de Oliveira

---

Julia Pereira Bueno

---

---

Lauren Mariana Mennocchi

---

Lilian Suzuki

---

Luciane de Almeida Jabur

---

Maria Mercedes W.K.V. Bicudo  
Guarnieri

---

Maria Rozinetti Gonçalves

---

Mônica Marques dos Santos

---

Raizel Rechtman

---

Rita de Cássia Oliveira Assunção

---

Rodrigo Toledo

---

Sarah Faria Abrão Teixeira

---

Talita Fabiano de Carvalho

---

Tatiane Rosa da Silva